

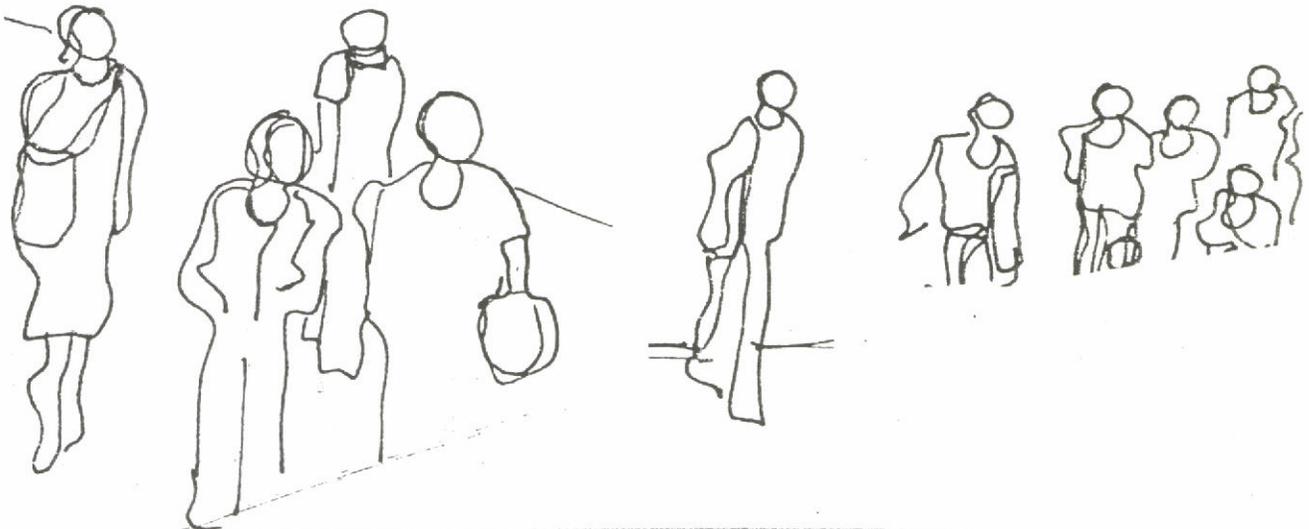
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE SEU PAPEL E ALTERNATIVAS PARA SUA ABORDAGEM

Iris Barbosa GOULART*

A Psicologia emergiu como ciência no final do século passado, precisamente num momento de afirmação do capitalismo, quando o liberalismo burguês representava uma influente linha de pensamento. Para se afirmar como ciência, a Psicologia adotou o método experimental e tomou como seu objeto de estudo o mesmo das Ciências Biológicas, ou seja, substituiu a consciência pelas sensações, que eram palpáveis, passíveis de mensuração pelos seus efeitos.

Devido à sua origem biológica e à influência do liberalismo, a nova ciência estabeleceu, como foco de análise, o individual. Essa ótica, que despreza os aspectos sociais, tende a analisar a realidade a partir de um aspecto apenas; assim, perde-se a concreticidade do real, já que se passa a tomar o todo por apenas uma de suas partes.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia da Educação: Histórico – Psicologia Social – Psicologia Cognitiva



* Faculdade de Educação/UFMG

A tentativa de se aplicar o conhecimento psicológico à Educação é bem antiga e já se pode vê-la estruturada desde o século XVI, através de esforços como o de Juan Luis Vives. Entretanto, o discurso psicológico sobre a Educação só aconteceu no bojo da Escola Nova, um movimento pedagógico que reuniu, no início deste século, uma variedade de perspectivas teóricas.

Também contemporâneo da consolidação do poder burguês, o movimento escolanovista tomou como ciência fundamental a Psicologia e, através dela, estruturou uma proposta pedagógica centrada no princípio de que as pessoas são diferentes e de que é necessário proporcionar-lhes, através das situações de sala de aula, condições para o seu pleno desenvolvimento. A ênfase às diferenças individuais e a visão da Educação como um microfenômeno justificaram a eleição da Psicologia como a principal ciência que fundamenta a Educação. Perdeu-se de vista, desse modo, a totalidade da Educação.

A partir de então, a maioria das propostas educacionais, todas elas ligadas à concepção humanista moderna e ao tecnicismo, tiveram na Psicologia seu ponto de sustentação. Por isso, vimos assistindo, há algumas décadas, a uma psicologização da Pedagogia, que tende a reduzir toda explicação do ato educativo ao plano psicológico. Esse psicologismo é apoiado por uma perspectiva política que pretende explicar o fracasso escolar e a evasão como processos individuais, abandonando interpretações socioeconômicas e políticas que levariam à busca de mudanças na estrutura social mais ampla.

Colocando a escola como redentora, o escolanovismo reservou à Psicologia a incumbência de conhecer o aluno, a fim de propiciar-lhe um pleno desenvolvimento. A sociedade, vista como somatório de tais individualidades, seria melhor à medida que seus membros fossem melhores.

Essa Psicologia que está na base do discurso da Escola Nova e que teve grande aceitação até a década de 70 é essencialmente individualista. Etimologicamente, o termo indivíduo significa "não divisível", podendo-se entendê-lo como átomo da realidade social. O esforço à especificidade do indivíduo coincide com o ideal burguês, que dá força ao indivíduo e à individualidade e despreza os determinantes sociais. Na verdade, a Psicologia moderna, cuja história se entrelaça com a história do capitalismo,

"... vem acentuar a idéia de natureza humana individual que se sobrepõe às circunstâncias sociais que a cercam. Com efeito, é quando começa a vender sua força de trabalho que o homem se define como livre, como indivíduo. A burguesia enquanto classe em ascensão defende a igualdade e liberdade individuais, já que as novas relações de trabalho supõem o proprietário dos meios de produção e o assalariado livre para aceitar uma relação contratual pela qual vende sua força de trabalho. Com o desenvolvimento da produção, porém, instaura-se uma nova versão do individualismo, a autonomia individual. Desgastando-se com a liberação de energia no trabalho, o homem precisa garantir sua privacidade, certo isolamento que lhe possibilite recompor as energias. O culto ao individualismo é, assim, uma necessidade da produção capitalista, é uma consequência das relações específicas de produção. Não interessando explicar as verdadeiras condições em que o trabalho se dá, e o isolamento social como consequência, esta relação trabalho-isolamento aparece como fazendo parte da condição humana como comportamento natural. Assim fazendo, a Psicologia cunhou a orientação que continua predominando, de considerar como fatores causadores do com-

portamento os processos psicológicos internos (emoções, sentimentos, idéias), sem levar em conta a natureza basicamente social do ser humano e de sua consciência". (LIBÂNEO, 1984).

Mesmo que o objeto da Psicologia seja o homem em sua singularidade, não se pode perder de vista o que ele tem em comum com os outros homens - o fato de ser historicamente determinado e ser, ao mesmo tempo, construtor da História.

Superar essa visão fragmentária do homem que a Psicologia e especialmente a Psicologia da Educação adotou é uma questão que extrapola para o plano filosófico e que implica uma revisão epistemológica do objeto da Psicologia (GIUSTA, 1985).

É possível resgatar o sentido do singular, do individual sem perder de vista o social, o histórico HELLER (1982) faz uma análise dessa perspectiva, quando considera que nos devemos transformar, de sujeitos particulares, em "**sujeitos individuais, a fim de sabermos controlar o nosso eu particular e de poder atuar sobre as condições objetivas da sociedade**".

O realce à singularidade não exclui a importância do homem como ser social, pois não há uma oposição entre o individual e o coletivo; eles se interpenetram, como diz a mesma autora:

"O homem torna-se indivíduo à medida que produz uma síntese em seu EU, que transforma conscientemente os objetivos e aspirações sociais em objetivos e aspirações particulares e que, desse modo, socializa sua particularidade". (HELLER, 1982)

É, pois, imprescindível considerar o homem, que é o objeto da Psicologia, em sua concreticidade, ou seja, fundamentalmente, percebê-lo como ser histórico, que, através de seu trabalho, transforma a natureza, ao mesmo tempo em que transforma a si mesmo. Nesse movimento, a individualidade é forjada nas relações sociais que o homem estabelece no seio da classe social a que pertence e no momento histórico em que vive.

Só tem sentido para a Educação uma Psicologia que consiga apresentar o homem, seu objeto, em sua concreticidade, isto é, encarando-o como resultado de múltiplas determinações, eminentemente social e histórico.

O insucesso da escola redentora, apregoada pelo liberalismo, fragilizou a perspectiva escolanovista. Além disso, o distanciamento entre o discurso psicológico e a prática pedagógica efetiva e o movimento histórico que nos fez mais atentos aos determinantes político-sociais da realidade se fizeram responsáveis pela perda de prestígio da Psicologia como ciência que fundamenta a Educação.

É inegável o caráter psicológico do ato educativo, mas deve-se evitar a perspectiva reducionista, psicologizante da Pedagogia, que levou à rejeição da ciência psicológica. Talvez ainda não seja oportuno estabelecer os limites precisos entre as várias ciências que fundamentam a Educação, mas admitir que, mesmo se interpenetrando, todas elas têm uma contribuição a dar, e que a Psicologia não é uma exceção.

O grande desafio dos psicólogos envolvidos com a questão educacional consiste, nesse momento, em redefinir o caráter epistemológico da Psicologia e a sua aplicabilidade à Educação. É necessário compreender como se dá a relação entre o individual e o social, no bojo do processo global da Educação e, a partir daí, repensar a Psicologia como ciência cujo objeto é o homem concreto e não o homem pinçado de sua realidade, estudado em seus aspectos "universais".

Após um período em que enfrentou severas críticas e chegou a ser considerada nefasta a uma visão da Educação como totalidade, a Psicologia tenta, neste momento, reassumir sua tarefa de responder às necessidades emergentes da Educação. Não se trata de pôr à disposição da Educação um corpo de conhecimentos produzidos no laboratório, na empresa ou na clínica, mas de encarar os problemas da Educação, verificando em que medida a Psicologia pode ser capaz de dar resposta a eles.

O primeiro passo é deixar de lado a visão individualista de homem com a qual a Psicologia vinha lidando, e passar a uma Psicologia mais social.

A superação da Psicologia individualista – tão criticada pelo tipo de contribuição que tem dado à Educação – se dá na busca do homem concreto, tomado em suas condições materiais de existência e que se humaniza através de sua ação transformadora sobre a realidade histórico-social. Para se ter essa visão integradora, é necessário superar algumas dicotomias que sempre marcaram a Psicologia: a dicotomia realidade subjetiva X realidade objetiva, a cisão idealista de mente e corpo como instância distinta e mutuamente exclusivas, a separação entre pensamento e ação.

Se nos aprofundarmos na história da Psicologia e da produção do conhecimento psicológico para dar resposta aos problemas educacionais, não nos assustaremos com o atraso dessa

ciência para assumir uma concepção dialética do homem. Seu papel foi basicamente explicar e legitimar as diferenças sociais, através do reforço das diferenças individuais. Não pretendemos explorar essa história, que tem sido abordada em inúmeros textos.

Em vez disso, sem negar a existência da individualidade e dos processos psicológicos, pretendemos apontar algumas abordagens da Psicologia que evitam a fragmentação da totalidade humana e que buscam compreender o homem real e concreto.

Nesta hora de busca de novos caminhos, elegemos alguns referenciais teóricos com os quais temos trabalhado e aos quais faremos uma breve referência:

- 1 – os modernos estudos de Psicologia Social, construídos a partir de uma visão dialética do homem;
- 2 – o interacionismo simbólico, que, constituído pelos sociólogos, oferece uma alternativa para a Psicologia;
- 3 – a perspectiva de Agnes Heller, que retoma a análise do subjetivo, sem perder de vista a objetividade;
- 4 – o construtivismo como linha teórica que explica como se dá o conhecimento humano.

Fundada na tradição biológica, a Psicologia se distanciou das outras Ciências Sociais; foi a necessidade de reduzir essa distância que impulsionou o grande desenvolvimento da Psicologia Social nas duas últimas décadas. Inicialmente, surgiram textos que apontavam para a necessidade desse redefinir o objeto de estudo da Psicologia, considerando o homem em sua totalidade, sem perder de vista sua dimensão histórica. Em seguida, surgiram críticas à aplicação da Psicologia na empresa, na escola, na saúde pública e em instituições diversas, devido ao fato de essa ciência, a serviço da ideologia, prestar-se ao ocultamento da realidade social. Mais recentemente, têm-se estruturado propostas para utilização da teoria psicológica associada a uma perspectiva político-social.

Após o movimento de 1968, tanto na Europa quanto na América do Norte, a Psicologia começou a ser criticada como ciência ideológica, reprodutora dos interesses da classe dominante. Mesmo a Psicologia Social, que naquele momento já aplicava a Psicanálise ao estudo dos grupos e abria espaço para o institucionalismo, foi alvo dessas críticas. Na América Latina, a Psicologia Social oscilava entre o pragmatismo americano e a visão de um homem abstrato. Entretanto, congressos interamericanos de Psicologia Social, realizados principalmente na Venezuela, culminaram, no final da década de 70, com a proposta concreta de uma Psicologia Social em base materialista-histórica e voltada para trabalhos comunitários.

Desejosos de construir uma abordagem que levasse em conta o homem em sua totalidade, os psicólogos sociais concluíram que o organismo humano e uma infra-estrutura que permite o desenvolvimento da superestrutura, que é social e, portanto, histórica. Passaram, assim, a considerar que o objeto da Psicologia é o sujeito dialético, isto é, o homem dinâmico, em movimento, produto e produtor da História.

Essa abordagem nos leva à constatação de que as fronteiras entre as Ciências Humanas – Psicologia, Sociologia, Antropologia, História, Política e Linguística – devem ser permeáveis, a fim de possibilitar o acesso ao homem em sua totalidade.

Redefinido o objeto da Psicologia, passou-se a avaliar sua aplicação nas instituições, e concluiu-se que essa ciência vinha-se prestando a uma explicação simplista de fenômenos complexos como o autoritarismo, a opressão, as lutas pelo poder. Ao analisar tais fenômenos em termos de relações intragrupo (liderança, conflito, atrações e repulsões no interior do



grupo), a Psicologia não levava em conta que, muitas vezes, eles refletiam ou reproduziam o que vinha ocorrendo na estrutura social mais ampla.

Sob essa visão crítica, emergiram em todo o mundo novas propostas de aplicação da Psicologia, a maior parte delas associando Psicanálise e Materialismo Dialético. Na França, a análise institucional, representada por Lapassade, Max Pagès, Lourau, Lobrot, Vasquez, Gatari e outros, tem tentado abordar o grupo na relação instituinte-instituído, considerando a instituição local de reprodução das contradições sociais. Da França, esse movimento tem-se expandido para outros países europeus, nos quais tem ganho conotações especiais.

Na América Latina, principalmente na Argentina, Uruguai e Brasil, emergiu um modelo de análise do funcionamento dos grupos que também utiliza o referencial teórico da Psicanálise, do Materialismo Dialético e da Teoria da Comunicação. Iniciado na área da Medicina Psiquiátrica, esse movimento tem como representantes Enrique Pichon-Rivière e seus discípulos Bleger, Ulloa e Barémblit, e hoje se expande pelo âmbito empresarial e pedagógico.

A partir da década de 60, pessoas ligadas ao institucionalismo concluíram que as instituições não podem ser criticadas e transformadas a partir do seu interior, mas que é preciso considerar o que é exterior a elas, e que as determina. Surgiram, então os movimentos antiinstitucionais - a antipsiquiatria, representada pelos ingleses e Laing e Cooper, pelo norte-americano Szasz, pelo italiano Basaglia e pelo francês Foucault; a antiescola; pelo mexicano Illich; a crítica às instituições fechadas, cujo principal representante é Goffman.

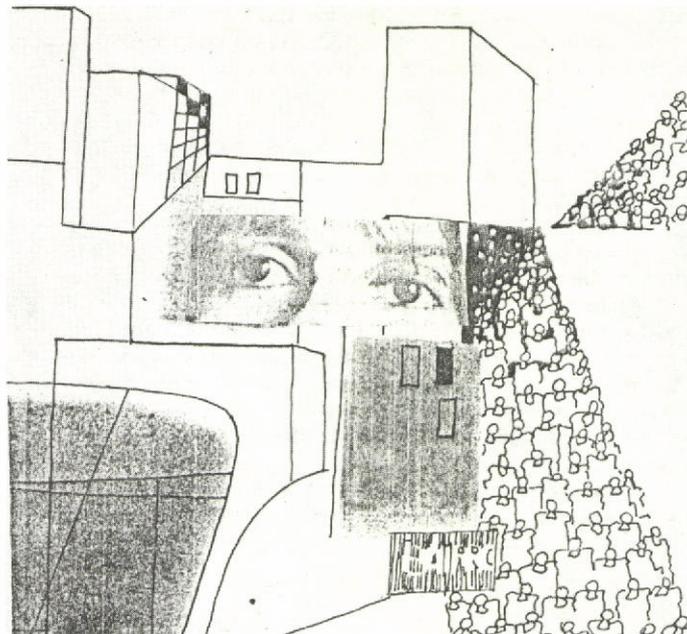
Alguns desses teóricos voltaram-se especificamente para a análise do cotidiano, a fim de apresentar a realidade das pessoas e dos grupos na construção da história social.

Entre os teóricos que abordam o cotidiano das instituições, vêm-se salientando os interacionistas simbólicos. O ponto de partida desses teóricos é a Psicologia Social de George Herbert Mead, um filósofo da Universidade de Chicago, que começou por admitir que o homem nasceu numa sociedade caracterizada pelas interações. O uso de símbolos significantes pelos homens nas suas conversações e gesticulações faz com que cada homem assuma o papel que os outros esperam que ele assumam e, ao mesmo tempo, determina o papel que os outros devem desempenhar. A personalidade (o self) é, pois, um produto social, à medida que seu desenvolvimento resulta dessa assunção de papéis e das ações individuais que alteram os papéis.

Os interacionistas contemporâneos creditam a Cooley, Dewey e Mead a constituição dessa perspectiva teórica. Iniciado em 1937, o interacionismo contou, inicialmente, com as publicações póstumas de Mead, feitas por seus ex-alunos, principalmente Robert Ellsworth Faris. A teoria de papel, que tem importância fundamental no interacionismo, tem antecedentes intelectuais em Dewey, Cooley, Thomas, Faris e Mead, mas tem a ver com Linton, Moreno e Parsons. Ela é, provavelmente, uma das mais fortes marcas dessa linha teórica.

Entre os mais modernos interacionistas, salientam-se Erving Goffman e Peter Berger. O primeiro, analisando instituições fechadas, tem abordado as relações sociais que acontecem em nosso cotidiano numa perspectiva dramaturgic. Berger, por sua vez, tem analisado o cotidiano avaliando as relações indivíduo-sociedade mais como sociólogo que avalia as interações sociais.

KUHN (1968), avaliando o desenvolvimento do interacionismo simbólico, afirmou que essa perspectiva deve ganhar a competição com as mais importantes teorias como a Psicanálise, a Teoria de Campo, e outras, pois ele acredita que



"...somente o interacionismo simbólico é logicamente consistente com as proposições básicas das ciências sociais: a unidade psíquica do homem, a extrema variabilidade cultural do homem, a criatividade do homem, a contínua modificabilidade e sociabilidade do homem, a habilidade do homem de rever construtivamente seu próprio comportamento".

A necessidade de não perder de vista a pessoa e, concomitantemente, não cair no psicologismo tem exigido a busca de referenciais teóricos que tenham como pressuposto a determinação histórico-social da ação humana, mas ao mesmo tempo não reduzam as manifestações individuais a meras idiosincrasias.

A tentativa de aproximação das esferas individual e social, tradicionalmente separadas nas Ciências Humanas, tem remetido alguns pesquisadores das áreas de Sociologia e Psicologia Social ao campo da Sociologia da vida cotidiana, em que se tem sobressaído Agnes Heller, uma pensadora marxista, cuja proposta é muito ampla. Nascida na Hungria em 1929, e radicada na Austrália, Heller, que é discípula de Luckács, faz uma crítica a Marx mas, ao mesmo tempo não abre mão dele: "Marx é uma tradição de vida, não uma escritura sagrada; é preciso levar em conta o período histórico em que ele escreveu" (HELLER, 1982)

Tendo constatado que a subjetividade (no sentido de individualidade) foi banida do pensamento materialista histórico, Heller tenta resgatá-la, colocando-a no centro do processo histórico. Provavelmente, a grande contribuição dessa autora ao marxismo contemporâneo é a colocação do indivíduo no

centro de suas reflexões.* E esse indivíduo do qual ela fala não é o indivíduo abstrato, desligado do real, mas o concreto, o indivíduo da vida cotidiana, voltado para as atividades necessárias à sua sobrevivência.

A autora se prende muito à análise da vida cotidiana, e considera ser esta a vida de todo homem e do homem todo, à medida que nela são postos em funcionamento seu intelecto, seus sentimentos, suas idéias. Esta é, pois, a vida do indivíduo, e este é sempre ser particular e ser genérico; logo, a individualidade contém a particularidade e a genericidade.

A obra de Heller é bastante promissora para a reflexão teórica sobre as classes populares, pois ela está voltada justamente para as relações entre a vida comum dos homens comuns e os movimentos da História e, além disso, não perde de vista a especificidade das pessoas envolvidas nas ações que compõem a vida cotidiana.

Os temas do papel social e da imitação, da expectativa, da estereotipia e do preconceito, mencionados nas teorias de Psicologia Social já citadas anteriormente, voltam a ocupar espaço na obra de Heller.

Ao ressaltar o "matiz individual", ela o faz de modo totalmente diverso do que era usado pela Psicologia tradicional, pois recoloca a importância da subjetividade, da história de vida e da unicidade das pessoas envolvidas na vida social. Nessa perspectiva, tem-se buscado um referencial de análise de problemas ligados à Educação, o qual possibilita uma aproximação entre a Psicologia e a Sociologia.

Outra perspectiva com a qual se tem trabalhado em Psicologia na atualidade, e que não perde de vista os propósitos que orientam a revisão epistemológica dessa ciência, é o construtivismo.

Em oposição ao empirismo e ao inatismo, o construtivismo responde à questão "Como se elabora o conhecimento?", afirmando que ele deriva da interação do sujeito com o seu ambiente.

"... não existem conhecimentos resultantes de um simples registro de observações, sem uma estruturação devida às atividades do indivíduo. Mas tampouco existem (no homem) estruturas cognitivas a priori ou inatas: só o funcionamento da inteligência é hereditário e só gera estruturas mediante uma organização de ações sucessivas, exercidas sobre objetos. Daí resulta que uma epistemologia em conformidade com os dados da psicogênese não poderia ser empírica nem préformista, mas não pode ser um construtivismo com a elaboração contínua de operações e de novas estruturas". (PIAGET, 1979)

Jean Piaget é o mais conhecido construtivista. Tendo desenvolvido sua teoria principalmente em Genebra, o objeto de seu estudo foi o sujeito epistêmico, e não o sujeito psicológico. Os resultados de seus sessenta anos de trabalho geraram, contudo, pesquisas, em todo o mundo, que cobrem os aspectos sociais do processo do desenvolvimento que ele não abordou. Hoje, no Centro de Epistemologia Genética de Genebra, especialistas de várias modalidades desenvolvem pesquisas que dão continuidade aos trabalhos piagetianos sobre a psicogênese do homem e da ciência, e que, às vezes, reformulam e até contrariam as conclusões de epistemólogos.

Outro construtivista é Henry Wallon, francês contemporâneo de Piaget, e que consistentemente, uniu a abordagem psicológica ao materialismo dialético, a fim de explicar a

relação dialética entre o homem e o seu meio na construção do conhecimento.

Recentemente, já na década de oitenta, chegaram a nós contribuições dos psicólogos russos - Vigotsky, Luria e outros - que são também construtivistas. Por ocasião da revolução soviética, teriam eles dado uma nova orientação à Psicologia, da qual resultou uma proposta pedagógica compatível com os princípios revolucionários, destacando-se a dimensão histórica, objetiva e concreta do desenvolvimento da aprendizagem. É evidente a proximidade entre a perspectiva dos russos e a de Piaget, do ponto de vista epistemológico.

Essas são, em síntese, algumas alternativas que temos vislumbrado para a Psicologia, a fim de que, sem perder de vista seu objeto - o homem como indivíduo -, ela o analise de modo contextualizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ANTUNES, Mitsuko A. M. A Psicologia na educação; algumas considerações. **Cadernos USP**; fev. 1988 sobre: II Encontro Latino-Americano de Psicologia Marxista e Psicanálise.
02. BAULEO, A. et alii. **Psicologia y sociologia del grupo** Madrid: Fundamentos, 1975.
03. GIUSTA, Agnela da Silva. Concepções de aprendizagem e práticas pedagógicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 1: 24-31, jul. 1985.
04. HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1985.
05. _____. **Para mudar a vida**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
06. _____. **La revolucion de la vida cotidiana** Barcelona: Pensinsula, 1982.
07. KUHN, Mafor H. Major trends in symbolic interaction in the past twenty-five years. In: MANIS, J. G. & MELTZER, Bernard N. **Symbolic interaction**; a reader in social psychology. Boston, Allyn and Bacon, 1968.
08. LANE, Silvia et alii. **Psicologia social; o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
09. LIBÁNEO, J. C. Psicologia educacional, uma avaliação crítica. In: **Psicologia Social** S. Paulo, Brasiliense, 1984.
10. PATTO, M. H. S. **Escola, sociedade e desempenho escolar: um estudo psicossocial de casos de repetência na escola pública de 1º grau**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1987.
11. _____. **Psicologia e ideologia; reflexões sobre a psicologia escolar** São Paulo: EPU, 1984.
12. PIATELLI-PALMARINI, Massimo. **Teorias da linguagem; teorias da aprendizagem; o debate entre Jean Piaget e Noam Chomsky** Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1983.
13. WALLON, H. **Objetivos e métodos de Psicologia**. Lisboa: Estampa, 1985.

* A definição de indivíduo proposta por Heller está no início do texto.